

O PAPEL DA GRAMÁTICA NA PRÁTICA DE LEITURA: CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO

Alane Cristina Souza Silveira Cabral
(UNEB/PROFLETRAS)

Fábio Araújo Oliveira
(UNEB)

INTRODUÇÃO

Apesar de ser apontada por vários estudos acadêmicos a ineficiência, em vários aspectos, do ensino tradicional de gramática, muitos professores apresentam dificuldades em mudar sua prática, de modo que o ensino de língua portuguesa faça correlações significativas entre metalinguagem e funcionamento da linguagem no texto, considerando os contextos situacionais e históricos. Algo semelhante acontece com muitos estudantes dos cursos de Letras, que ainda saem das universidades sem saber como romper com o tradicionalismo do ensino de gramática, que prioriza regras gramaticais por vezes incoerentes.

Buscando contribuir para mudar esse cenário, este artigo aborda o papel da gramática nas práticas de leitura, ao analisar o funcionamento de formas linguísticas no texto, considerando o contexto de produção do discurso. Para tanto, observamos contribuições e limites da Semântica

Formal, Pragmática e Linguística Textual nesse processo e focamos nossa análise a partir de contribuições da teoria da Análise do Discurso. Assim, analisamos o funcionamento da gramática em uma manchete do gênero discursivo notícia, mostrando como os elementos da língua foram combinados e selecionados, a partir de suas condições de produção e em sua ligação com a ideologia e a história.

Este artigo se organiza em cinco seções. Na seção 1, mostramos os aspectos gerais do texto. Na seção 2 (Leitura e Análise do Discurso), abordamos a leitura na perspectiva da Análise do Discurso, evidenciando que a leitura está sempre em construção, pois é um processo que envolve a instauração dos sentidos. Na seção 3 (O ensino de leitura na BNCC), apresentamos propostas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino de língua portuguesa, com ênfase na leitura, mostrando a sugestão do documento de que o modelo de ensino pautado apenas na análise de conteúdo e da norma-padrão seja combatido. Na seção 4 (O papel da gramática no ensino de leitura), evidenciamos que o papel da gramática na leitura está ligado diretamente ao processo de interpretação; esse processo é abordado de maneiras distintas por diversas áreas da Linguística. Na seção 5 (Leitura e gramática no ensino básico: contribuições da Análise do Discurso), analisamos, por meio da Análise do Discurso, o processo de formulação no funcionamento de sentidos de uma manchete do gênero discursivo notícia. E, por fim, na seção 6 concluímos que o principal papel da gramática deve ser o de atuar na construção do sentido, nos processos de interpretação e produção de textos.

LEITURA E ANÁLISE DO DISCURSO

A Análise de Discurso francesa (AD) surgiu na França, nos anos 60 do século XX, e foi desenvolvida pelo filósofo marxista Michel Pêcheux. Segundo Dominique Maingueneau, com Pêcheux, a Análise do Discurso se ancora, simultaneamente, “[...] no marxismo do filósofo L. Althusser, na psicanálise de J. Lacan e na linguística estrutural [...]”

(MAINGUENEAU, 2015, p. 19). Os recortes de aspectos pontuais destas três áreas são articulados e se relacionam ao compor um novo objeto de estudo: o discurso.

Este campo de pesquisa surgiu, principalmente, como contraponto à análise de conteúdo. Resumidamente, a análise de conteúdo busca encontrar sentido no próprio texto, enquanto a AD considera o texto em sua opacidade significativa, ou seja, em suas múltiplas possibilidades de significação. Sendo assim, os sentidos são construídos e/ou ressignificados conforme os contextos sócio-histórico e ideológico em que circulam.

De acordo com a Análise de Discurso pecheuxtiana, a leitura está constantemente em construção, pois é um processo que envolve instauração dos sentidos. Assim, é necessário enfatizar que “tanto o sujeito quanto os sentidos são determinados histórica e ideologicamente” (ORLANDI, 2012, p. 08).

Nessa perspectiva, o ato de ler transcende a decodificação de palavras. A interpretação faz parte de um processo complexo de atribuição de sentidos ao texto. A leitura requer um leitor ativo, crítico, apto para desenvolver muitos gestos interpretativos. Nas palavras de Orlandi (2020, p. 08), a Análise de Discurso “[...] nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem”.

A leitura envolve uma problematização sobre as maneiras de ler. Diz respeito à percepção de que “[...] não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade” (ORLANDI, 2020, p. 8). A autora esclarece que a Análise de Discurso não é um método de interpretação como a hermenêutica, a qual atribui sentido ao texto. A AD problematiza “[...] a relação com o texto, procurando apenas explicitar os processos de significação que nele estão configurados, os mecanismos de produção de sentidos que estão funcionando” (ORLANDI, 2012, p. 158). Desse modo, o ato de compreender não está relacionado simples-

mente à atribuição de sentido, mas ao conhecimento dos mecanismos que envolvem o processo de significação.

Orlandi (2012), a fim de justificar o fato de que a leitura é produzida, usou como ponto norteador para sua reflexão a problematização do conceito de legibilidade. Ela traz questionamentos a respeito do que torna um texto legível, ressaltando que a legibilidade do texto “não era apenas uma consequência direta, unilateral e automática da escrita” (ORLANDI, 2012, p. 9). Dessa forma, a autora conclui que não é somente a qualidade do próprio texto que o torna legível, mas também “[...] a natureza da relação que alguém estabelece com o texto que está na base da caracterização de legibilidade” (ORLANDI, 2012, p. 9).

Assim, em sentido amplo, a legibilidade é uma questão de condições e não de essência; refere-se à história. Para Orlandi, a questão da legibilidade do texto não pode ter uma resposta inequívoca e definitiva: “não pode ser respondida com essa ‘positividade’ e de modo absoluto” (ORLANDI, 2012, p. 9). Observa-se, com isso, que a leitura, nessa perspectiva da Análise de Discurso, “é uma questão de natureza, de condições, de modos de relação, de trabalho, de produção de sentidos, em uma palavra: de historicidade”.

Para compreender como acontece o processo de leitura e tudo que envolve a sua construção, é necessário se apropriar dos aspectos referentes à historicidade do texto. Para tanto, a autora aponta para a existência de um leitor virtual gravado no texto, o qual é formado durante a escrita: “trata-se do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige” (ORLANDI, 2012, p. 20). Desse modo, o leitor real, aquele que faz a leitura do texto, já encontra um leitor configurado no texto lido e com o qual será necessário estabelecer um relacionamento.

Assim, buscando entender o processo de interação da leitura, Orlandi apresenta o primeiro fundamento: “a relação básica que instaura o processo de leitura é o do jogo existente entre leitor virtual e o leitor real”

(ORLANDI, 2012, p. 20). Segundo a autora, essa relação de confronto entre o leitor virtual e o leitor real já estabelece em si uma crítica aos que falam em interação do leitor com o texto. Ela destaca que “o leitor não interage com o texto (relação sujeito/objeto), mas com outro(os) sujeito(s) (leitor virtual, autor etc.)” (ORLANDI, 2012, p. 10). É uma relação histórica/social que sempre se dá entre homens, ainda que sejam mediadas por objetos como o texto. Ela ressalta que a historicidade do texto é perdida quando o foco é a sua “objetividade”, fixado na mediação.

De acordo com a autora, a historicidade não se refere à história refletida no texto, mas diz respeito à historicidade do texto em sua materialidade. “O que chamamos de historicidade é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos” (ORLANDI, 2020, p. 66). No entanto, ela ressalta que há uma relação entre a história externa e a historicidade do texto, mas essa ligação não acontece diretamente, nem de maneira automática, tampouco funciona como uma relação de causa e efeito. A autora afirma existir, além da historicidade do texto, a historicidade da própria ação da leitura, da sua produção, destacando que a leitura é “o momento crítico da produção da unidade textual, da sua realidade significante” (ORLANDI, 2012, p. 11). Nesse momento, os interlocutores se percebem como interlocutores, suscitando o processo de significação do texto:

Leitura e sentido, ou melhor, sujeitos e sentidos se constituem simultaneamente, num mesmo processo. Processo que se configura de formas muito diferentes, dependendo da relação (distância maior ou menor) que se estabelece entre o leitor virtual e o real. (ORLANDI, 2012, p. 11).

Orlandi ressalta que a relação entre leitor virtual e leitor real não é a única que faz parte do processo de leitura. Nessa perspectiva, a relação entre os interlocutores representa “um dos componentes do contexto, da situação de leitura, mas não é o único componente” (ORLANDI, 2012,

p. 11). Existem outros tão importantes quanto, como os modos de leitura (possíveis, propostos ou pressupostos). São modos que variam e apontam para as diversas formas de os leitores se relacionarem com o texto. A autora pontua o que cada modo de leitura pode colocar como elemento organizador da relação dos leitores com o texto, a saber:

- a. Relação do texto com o autor: o que o autor quis dizer?
 - b. Relação do texto com outros textos: em que este texto difere de tal texto?
 - c. Relação do texto com seu referente: o que o texto diz de X?
 - d. Relação do texto com o leitor: o que você entendeu?
 - e. Relação do texto com o para quem se lê: (se for o professor).
- O que é mais significativo neste texto para o professor Z? O que significa X para o professor Z? (ORLANDI, 2012, p. 11-12).

Percebe-se, portanto, que existirão diferentes modos de ler a depender dos objetivos do leitor, do contexto e da condição de produção em que acontece a leitura. Além disso, a constituição do autor e do leitor em sua relação como sujeitos compõe parte fundamental da contextualização da leitura, uma vez que sujeitos e sentidos são elementos que pertencem ao processo da significação. Dessa forma, na relação entre autor/leitor/texto não cabe pensar em um autor onipotente, cujas ideias possuem o controle total do trajeto da significação do texto. Além disso, a relação entre eles contesta a possibilidade de considerar que o texto é transparente e que apresenta em si toda e apenas uma significação. E, por fim, essa relação nega a chance de considerar-se um leitor onisciente, cujo potencial de compreensão controlasse as variadas determinações de sentidos que surgem em um processo de leitura.

Para refletir sobre a leitura nessa perspectiva da Análise de Discurso, é fundamental considerar as condições de produção e interdiscurso.

Orlandi (2020) afirma que as condições de produção incluem, sobretudo, os sujeitos e a situação. Incluir o sujeito como condição de leitura implica levar em consideração sua história de leitura e de vida, o que faz reconhecer outros significados. A autora acrescenta também a memória como parte da produção do discurso. Assim elucida que:

Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico. (ORLANDI, 2020, p. 28).

Isto posto, percebe-se que o sujeito é afetado pela sua história pessoal, pelo interdiscurso e pelo lugar ocupado naquele contexto sócio-histórico, cultural e ideológico. Neste processo, há um objeto imaginário socioideológico que não estabelece relação alguma com a realidade física:

Trata-se de alguma coisa mais forte – que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua, que vai se historicizando [...] marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder. (ORLANDI, 2014, p. 32).

No que se refere à memória, Orlandi pontua que esta é tratada como interdiscurso. Este, por sua vez, é conceituado como algo falado antes, em outro lugar, isto é, é a memória discursiva: “o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2020, p. 29). A partir desse conceito, pode-se dizer que os discursos apontam para uma rede de memória coletiva na qual os sujeitos são produzidos. É fundamental para entender o funcionamento do discurso o fato de que existe um já-dito que assegura a possibilidade de todo dizer:

Disso se deduz que há uma relação entre o já-dito e o que está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação. [...] – o que estamos chamando de interdiscurso – representada como um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos [...] E teríamos o eixo horizontal – o intradiscurso – que seria o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas. (ORLANDI, 2020, p. 30-31).

Dessa forma, Orlandi esclarece que o interdiscurso (constituição) determina o intradiscurso (formulação), uma vez que algo só pode ser formulado “se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória)” (ORLANDI, 2020, p. 31). Nesse sentido, todo dizer se dirige para o mesmo ponto: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). Simultaneamente, o interdiscurso e a historicidade estabelecem aquilo que, da situação, das condições de produção, é pertinente para a discursividade. A autora ressalta a necessidade de não confundir interdiscurso com intertexto. Apesar de ambos mobilizarem as relações de sentidos, o interdiscurso faz parte do saber discursivo, da memória afetada pelo esquecimento ideológico, ao passo que o intertexto se limita à relação do texto com outros textos.

A Análise do Discurso, com sua potência teórica e metodológica a respeito do funcionamento da linguagem, pode muito auxiliar a educação básica, em especial o ensino de língua portuguesa. Encontramos contribuições dessa área, por exemplo, na BNCC, conforme abordaremos a seguir, em relação à prática de leitura.

O ENSINO DE LEITURA NA BNCC

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que normatiza quais são as aprendizagens fundamentais a serem trabalhadas nas

escolas brasileiras públicas e particulares de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, a fim de garantir o direito à aprendizagem e o desenvolvimento integral de educandos. Nesse sentido, é um documento relevante para a promoção da igualdade no sistema educacional, colaborando para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. A partir dessas perspectivas, objetiva nortear os currículos dos estados e municípios de todo o Brasil.

A BNCC faz parte do Plano Nacional da Educação, prenunciado na Constituição Federal de 1988. A primeira versão foi escrita em 2014. Em 2015, o documento foi aberto para consulta pública, dando oportunidade para a sociedade dar sua contribuição, através de suas opiniões. 45 mil escolas contribuíram nesse processo, levando à segunda versão. Em 2016, essa segunda versão circulou nos estados do país, sendo debatida em seminários. A terceira versão se concretizou em 2017, associada a um novo ciclo de debates. Finalmente, A BNCC foi homologada pelo MEC em dezembro de 2017 (BRASIL, 2022).

Em relação ao ensino de língua portuguesa, a BNCC surge com uma proposta que enfatiza a formação dos educandos para os diversos usos da linguagem e para a participação na sociedade contemporânea de forma crítica e criativa, dando continuidade a reflexões presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e combatendo o modelo de ensino direcionado predominantemente para a análise de conteúdo e da norma-padrão:

O componente Língua Portuguesa da BNCC dialoga com documentos e orientações curriculares produzidos nas últimas décadas, buscando atualizá-los em relação às pesquisas recentes da área e às transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século, devidas em grande parte ao desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). Assume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros

Curriculares Nacionais (PCN), para os quais a linguagem é “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história (BRASIL, 1998, p. 20). (BRASIL, 2017, p. 67).

Assim, o documento propõe, para o ensino de língua portuguesa, quatro Campos de Atuação: 1 – campo jornalístico midiático; 2 – campo de atuação na vida pública; 3 – campo das práticas de estudo e pesquisa; 4 – campo artístico-literário. Em cada campo são abordados gêneros do discurso correspondentes, a partir dos quais são trabalhadas as práticas de linguagem: leitura e escuta; produção de textos; análise linguística/semiótica; oralidade. Desse modo, pode-se considerar que, a partir desses campos, são guiados todo o ensino, todas as atividades, metodologia e acompanhamento dos educandos, buscando prepará-los para os diversos usos da linguagem na sociedade.

Para o eixo de leitura, os PCN recomendam que os textos sejam considerados em um contexto. Os gêneros textuais se pautam na linguagem escrita, oral e nos suportes analógicos como livros, jornais, cartazes etc. Na BNCC, o contexto de produção se mantém importante para o trabalho com a leitura. A língua é sempre analisada em relação ao seu uso social e as habilidades de leitura surgem perenemente associadas aos campos de atuação. Os gêneros discursivos tradicionais são mantidos e passam a ser incorporados os gêneros do discurso da cultura digital, para contemplar a realidade que envolve os discentes atuais.

A teoria da Análise do Discurso (AD) forneceu grandes contribuições à construção da BNCC. Os conceitos da AD norteiam, muitas vezes, o que o documento sugere para o ensino de língua portuguesa, principalmente para os objetos de conhecimento e as habilidades nos diferentes campos de atuação e práticas de linguagem. Termos característicos da AD como “efeitos de sentido”; “contexto de produção”; “condições de

produção”; “condições de circulação”; “condições de recepção” e etc. aparecem de forma significativa na BNCC, o que revela uma tendência para análises de funcionamento da linguagem. Além disso, a própria organização da proposta de ensino de língua portuguesa no documento evidencia a sua relação com a AD, ao destacar a importância do contexto, por exemplo:

[...] a organização das práticas de linguagem (leitura de textos, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica) por campos de atuação aponta para a importância da contextualização do conhecimento escolar, para a ideia de que essas práticas derivam de situações da vida social e, ao mesmo tempo, precisam ser situadas em contextos significativos para os estudantes. (BRASIL 2017, p. 82).

De acordo com Orlandi (2020), a Análise do Discurso, como a sua própria nomenclatura designa, trata do discurso. Não é uma abordagem da língua, da gramática, apesar desses objetos serem de seu interesse. Trata-se da compreensão da língua fazendo sentido, tendo como ponto de partida o trabalho social geral que relaciona o sujeito à sua história, em determinados contextos sócio-históricos e situacionais.

O PAPEL DA GRAMÁTICA NO ENSINO DE LEITURA

Para a Análise do Discurso materialista (ORLANDI, 2020; PÊCHEUX, 1988; ZOPPI-FONTANA, 2011), há três processos que fazem parte do funcionamento da linguagem e, portanto, são constitutivos do sentido.

1. [...] constituição, que consiste na relação do texto com os sentidos já-ditos, que nele ressoam, significando pela sua presença (como retomadas, paráfrases, reformulações) ou pela ausência (por elipses, silenciamentos, negações),

o que nos permite pensar sua relação com o interdiscurso, enquanto contexto histórico-ideológico mais amplo;

2. [...] formulação, que consiste em analisar e descrever o funcionamento das diversas materialidades discursivas, que dão forma ao texto (os signos linguísticos, a sua disposição na frase, as imagens, os sons), sua organização em relação aos gêneros discursivos, em condições históricas de produção específicas; e
3. [...] circulação, que consiste em descrever os trajetos percorridos pelos sentidos na sociedade, submetidos às relações desiguais de poder que determinam quem pode dizer o quê e como, a partir de uma determinada posição ideologicamente marcada. (ZOPPI-FONTANA, 2011, p. 28).

Esses processos estão interligados pelo funcionamento de um discurso e não são estanques. A sua divisão é por uma questão metodológica, com a finalidade de refletir melhor sobre cada um deles. O papel da gramática¹ na leitura relaciona-se diretamente ao processo de formulação do sentido, que diz respeito também à própria formulação do texto e do discurso. Em outras palavras, a forma como se diz, como se escreve, como se organizam os elementos textuais, tudo isso importa na construção do sentido. Para a BNCC:

O Eixo da Análise Linguística/Semiótica envolve os procedimentos e estratégias (meta)cognitivas de análise e avaliação consciente, durante os processos de leitura e de produção de textos (orais, escritos e multissemióticos), das materialidades dos textos, responsáveis por seus efeitos de sentido, seja no que se refere às formas de composição dos textos, determinadas pelos gêneros (orais, escritos e multissemióticos) e pela situação de produção, seja no que se refere aos estilos adotados nos textos, com forte impacto nos efeitos de sentido. (BRASIL, 2017, p. 80).

¹ Ao mencionarmos o papel da gramática, estamos nos referindo ao conhecimento empírico ou sistematizado sobre língua, ou seja, à gramática internalizada, à gramática tradicional e à gramática descritiva.

Nessa perspectiva, a gramática atua na construção do sentido. E várias áreas da linguística nos ensinam sobre isso, a partir dos seus arcabouços teóricos, com as suas especificidades sobre a compreensão do que é sentido. A Semântica Formal, por exemplo, estuda a relação que existe entre as expressões linguísticas e o mundo. Assim, as sentenças fariam referência a situações externas à língua, o que sugere que os sentidos estariam de alguma forma ligados ao mundo (FIORIN, 2016).

Conhecer o significado de uma sentença, dentro desse paradigma, é, em parte, conhecer suas condições de verdade. Conhecer as condições de verdade de uma sentença significa saber em que circunstâncias, no mundo, aquela sentença pode ser considerada verdadeira ou falsa. (FIORIN, 2016, p. 139).

Das relações de sentido analisadas pela Semântica Formal, vamos focar na ambiguidade. Vejamos um exemplo:

[...] uma sentença vai ser ambígua quando ela puder ter mais de uma estrutura sintática. Vejam a sentença (64), por exemplo.

(64) Os alunos e os professores inteligentes participaram do simpósio.

Essa sentença pode ser usada para afirmar que tantos alunos como professores que participaram do simpósio eram inteligentes, como pode ser usada para afirmar que todos os alunos participaram do simpósio, mas, entre os professores, apenas os inteligentes participaram. As diferentes interpretações se devem a diferentes combinações entre o adjetivo *inteligente* e os substantivos *alunos* e *professores*. (FIORIN, 2016, p. 153, grifo do autor).

Como vimos, na Semântica Formal, o sentido é considerado na estrutura lógica da sentença e em sua relação com a verdade no mundo. Em relação à ambiguidade, o que queremos mostrar é o papel da

gramática na interpretação, considerando o arcabouço dessa área da linguística. Para identificar a ambiguidade, é necessário analisar o funcionamento da palavra “inteligentes” na estrutura linguística, ou especificamente na sentença. Do ponto de vista epilinguístico, “inteligentes” é uma palavra que atribui uma característica considerada positiva a “professores”, ou a “alunos” e “professores”. Do ponto de vista da gramática tradicional, que já pode ser abordado a partir do Ensino Fundamental II, “inteligentes” é um adjunto adnominal, formado apenas por um adjetivo, que caracteriza os núcleos do sujeito composto, formados pelos substantivos “alunos” e “professores”, numa relação ambígua, podendo se referir ao termo mais próximo (professores), ou aos dois núcleos (alunos e professores). É importante considerar que essa análise desconsidera os contextos situacional e histórico na produção do sentido.

Em relação à Pragmática, mais uma vez a gramática é acionada na análise da construção do sentido, porém aqui o contexto de enunciação é levado em conta nesse processo de interpretação. Fiorin assim define essa área da linguística:

[...] a Pragmática é a ciência do uso linguístico, estuda as condições que governam a utilização da linguagem, a prática linguística. Um dos domínios de fatos linguísticos que exigem a introdução de uma dimensão pragmática nos estudos linguísticos é a enunciação, ou seja, o ato de produzir enunciados, que são as realizações linguísticas concretas. (FIORIN, 2016, p. 161).

Assim, na Pragmática, o sentido é analisado considerando elementos da enunciação, como lugar, tempo e participantes da situação do ato de enunciar. Para ilustrar, vamos mostrar uma análise da categoria “tempo”:

[...] Quando o falante toma a palavra, instaura um *agora*, momento da enunciação. Em contraposição ao *agora*,

cria-se um *então*. Esse agora é, pois, o fundamento das oposições temporais da língua.

[...]

b) Presente durativo: quando o momento de referência é mais longo do que o momento da enunciação. A duração é variável, pode ser pequena ou muito longa. Ademais, pode ser contínua ou descontínua. Quando for descontínua, temos o presente iterativo; quando for contínua, temos o presente de continuidade.

Neste ano, ministro um curso de Linguística para os alunos do primeiro ano. [presente contínuo]

[...]

Aos sábados, nossa banda apresenta-se na cantina da Faculdade. [presente iterativo]. (FIORIN, 2016, p. 166-168, grifo do autor).

Nesta primeira enunciação (**Neste ano, ministro um curso de Linguística para os alunos do primeiro ano**), o autor analisa que o momento de referência tem a duração de um ano², sendo mais longo do que o momento da enunciação, mas, em algum tempo, seriam simultâneos. Assim, o tempo do acontecimento indicado pelo verbo ministrar coincidiria com o momento de referência, que seria contínuo. Na segunda (**Aos sábados, nossa banda apresenta-se na cantina da Faculdade**), o momento de referência (sábados) se repete, o que também acontece com o momento do acontecimento (apresentar-se), existindo uma coincidência entre ambos, mas não se repete o momento da enunciação. Como a duração é marcada a cada sábado, o momento de referência é descontínuo (FIORIN, 2016, p. 168). Nas duas análises, o autor interpreta o sentido dos verbos no presente do indicativo considerando a enunciação. “Verbos no presente do indicativo” é um saber da gramática tradicional, e enunciação é um saber de teorias linguísticas do sentido, como a Pragmática. Aqui, há um conhecimento de gramática tradicional acionado para interpretar

2 Consideramos que o verbo ministrar da sentença em questão pode indicar um período contínuo do ano, e não o ano inteiro, como sugere o autor.

fenômenos da linguagem, embora não se limite a ele. Esse conhecimento pode orientar o trabalho sobre o funcionamento dos verbos no ensino básico, em especial, os sentidos do presente do indicativo. É importante considerar que essa análise não foca os contextos histórico e ideológico da produção do sentido.

No que diz respeito à Linguística Textual, há muitas contribuições para a compreensão do papel da gramática na leitura. Segundo Koch:

[...] é a L.T. [Linguística Textual] que poderá oferecer ao professor subsídios indispensáveis para a realização do trabalho com o texto: a ela cabe o estudo dos recursos linguísticos e condições discursivas que presidem à construção da textualidade e, em decorrência, à produção textual dos sentidos. Isto significa, inclusive, uma revitalização do estudo da gramática: não, é claro, como um fim em si mesma, mas no sentido de evidenciar de que modo o trabalho de seleção e combinação dos elementos, dentro das inúmeras possibilidades que a gramática da língua nos põe à disposição, nos textos que lemos ou produzimos, constitui um conjunto de decisões que vão funcionar como instruções ou sinalizações a orientar a busca pelo sentido. (KOCH, 2016, p. 3-4).

Na Linguística Textual, o texto passa a ser o objeto da investigação linguística. Para Koch (2016), essa área linguística seria a responsável por revitalizar o ensino da gramática, ao propor analisar o papel da seleção e combinação de elementos linguísticos na sinalização e orientação da busca pelo sentido em um texto. Eis um exemplo: a referenciação.

A referenciação, como se sabe, pode realizar-se por intermédio de formas gramaticais que exercem a “função pronome” (pronomes propriamente ditos, numerais, advérbios pronominais [...]). Tal operação, que sempre foi descrita na literatura linguística como pronominalização

(anafórica ou catafórica) de elementos co-textuais, possui, contudo, principalmente em se tratando de fala, características próprias, isto é, pode ocorrer sem um referente co-textual explícito, como ocorre nos exemplos seguintes:

[...]

(3) No nordeste brasileiro, *eles* têm as mais belas praias do mundo.

(4) Meu filho não está indo bem na escola. *Eles* dizem que ele é muito desatento e quase nunca faz tarefas de casa. (KOCH, 2002, p. 86, grifo da autora).

Nesses exemplos, o pronome “eles” faz referência a sujeitos que não foram designados explicitamente no texto, mas que podemos inferir quem são: habitantes do nordeste brasileiro e professores ou gestores da escola. Tal pronome atua, ao mesmo tempo, na construção do sentido de uma classe de sujeitos, marcada pelo território onde nasceram – nordestinos –, ou trabalham – professores ou gestores –, e na construção de uma restrição dessa classe, considerando o contexto específico: nordestinos com acesso a praias do Nordeste e professores que atuam diretamente com o “filho na escola em questão”. Pronomes, assim como numerais e advérbios, são classes de palavras, segundo a gramática tradicional. Pronominalização anafórica ou catafórica são conhecimentos produzidos na linguística. Ambos os saberes são acionados para a análise da referenciação em questão. No ensino básico, esse conhecimento pode orientar o ensino de gramática, que também pode ser conduzido nos anos iniciais do Ensino Fundamental por meio apenas da exploração do conhecimento empírico do aluno em relação à língua; nesse caso, perguntas como esta poderiam ser feitas: A quem se refere a palavra “eles”, na frase “No nordeste brasileiro, *eles* têm as mais belas praias do mundo”? Como sabemos disso?

Uma outra área da linguística que contribui para evidenciar o papel da gramática na leitura é a Análise do Discurso (AD), que, inclusive, dialoga com outras correntes linguísticas, como a Semântica, a Pragmática e a Linguística Textual, aproveitando e/ou ressignificando os

seus saberes para refletir sobre questões do processo de formulação. É sobre as contribuições da AD para compreender a relação entre leitura e gramática que iremos abordar na próxima seção.

LEITURA E GRAMÁTICA NO ENSINO BÁSICO: CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO

Conforme abordamos anteriormente, para a Análise do Discurso materialista o processo de formulação faz parte do funcionamento da linguagem e consiste em analisar e descrever o funcionamento das diversas materialidades discursivas. No caso da materialidade linguística, analisamos a seleção e a combinação dos elementos da língua, a partir de suas condições de produção e em sua relação com a ideologia e a história; é aqui que entra a gramática. Para abordarmos essa questão, iremos analisar o seguinte texto:

Figura 1 – Card do Instituto Marielle Franco



Fonte: Facebook Caneta Desmanipuladora (2022)

Nesse *card* temos a formulação de uma manchete (título e subtítulo), atribuída ao G1³, um portal de notícias do Grupo Globo⁴. No título, o sujeito é “Operação no Rio”, e o seu predicado é “termina com um policial e 22 suspeitos mortos”.

No sujeito em questão (um sintagma nominal), a palavra mais importante é “operação”, o seu núcleo. Essa palavra nomeia algo, que tem seu sentido construído em um contexto de produção. No texto, “operação” faz referência a uma operação policial contra o tráfico de drogas que aconteceu no Jacarezinho, no Rio de Janeiro/BR, no dia 6 de maio de 2021, tendo como consequência a morte de 22 pessoas, portanto é uma palavra que indica “ação”. Nesse sujeito também há a indicação de onde a ação acontece (Operação (que aconteceu) no Rio), mas não há adjetivos caracterizando esse núcleo.

Quem elabora esse título é um portal de notícias que não pretende se posicionar explicitamente sobre a legalidade da operação, buscando não se comprometer para não desagradar uma parte dos seus leitores. Todavia, o modo como elabora a manchete já é um posicionamento e orienta a construção de sentidos; não existe neutralidade na linguagem. Quem enuncia, a imagem que faz de si mesmo, a imagem que faz dos seus leitores, a imagem que faz do referente, tudo isso faz parte das condições de produção desse discurso e tem efeitos na própria elaboração da materialidade linguística, na forma como se aciona o conhecimento gramatical para que se façam escolhas e combinações entre os elementos linguísticos.

3 Em pesquisa realizada na internet em 03 de outubro de 2022, não encontramos essa manchete em nenhuma notícia específica do G1, mas encontramos em uma notícia do Portal F11 (<http://www.portalf11.com.br/bloco/100262/0/operacao-no-rio-termina-com-um-policial-e-22-suspeitos-mortos>), que apresenta um *link* para acessar uma notícia do G1 sobre o assunto, intitulada “Operação do Jacarezinho deixa 28 mortos, provoca intenso tiroteio e tem fuga de bandidos” (<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/06/tiroteio-deixa-feridos-no-jacarezinho.ghtml>).

4 Globo Comunicações e Participações S.A.

Essa formulação silencia outras possibilidades. Em todo dito há o não-dito. É o que a AD chama de esquecimento de número 2⁵. E é isso que mostra a reformulação do título no *card*, cuja autoria é atribuída ao Instituto Marielle Franco⁶, acrescentando em vermelho o adjetivo “ilegal” para caracterizar o substantivo “operação”: “Operação (ilegal) no Rio”. A imagem que se faz do referente “operação” sofre modificações, apontando para outra condição de produção, onde o enunciador se posiciona desaprovando a operação por não a considerar legal, direcionando-se aos leitores para construir outros sentidos, outra rede de memória.

Em uma notícia veiculada pelo G1, o portal de informação mostra opiniões antagônicas sobre a legalidade da operação, buscando construir para si mesmo uma imagem de imparcialidade:

Em nota, a Polícia Civil disse que fez uma **operação contra o crime organizado** e que comunicou o Ministério Público sobre a ação, como determina o Supremo Tribunal Federal (STF).

Desde junho do ano passado, o STF suspendeu operações em favelas durante a pandemia. A decisão permite ações apenas em “**hipóteses absolutamente excepcionais**”, com o Ministério Público sendo avisado.

“Temos uma cadeia de responsabilizações que precisa ser apurada. Se trata de uma operação policial, um caso gravíssimo de violência de Estado. Não é grupo de extermínio, maus policiais, milicianos. É uma operação autorizada pelas autoridades. E tudo isso em um momento em que há a determinação de suspensão das operações policiais nas comunidades pelo Supremo Tribunal Federal”, diz o especialista [O sociólogo Daniel Hirata, do Geni/UFF]. (G1, 2021a, grifo do autor).

5 Sobre a noção de “esquecimento número 2”, conferir PÊCHEUX, M. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani... et al. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

6 Para obter informações sobre o Instituto Marielle Franco, consultar <https://www.institutomariellefranco.org/>.

A palavra “ilegal” grafada em vermelho, como uma pichação, também atua na construção do sentido. No *card*, o vermelho remete a sangue, a derramamento de sangue, a mortes. A pichação remete ao sentido de que as ruas querem ter voz, querem dizer algo, e não só aceitar o discurso oficial. Além da gramática, imagens, cores, formatos de letras, sons etc. fazem parte do processo de formulação do sentido no funcionamento da linguagem.

O predicado do título (um sintagma verbal) é a formulação “termina com um policial e 22 suspeitos mortos”. Aqui temos um verbo intransitivo (termina), que é núcleo do sintagma, e um adjunto adverbial de modo (um sintagma adverbial), indicando uma circunstância (com um policial e 22 suspeitos mortos). Em outras palavras, o modo como a operação termina é com a morte de um policial e de 22 suspeitos.

Na reformulação desse predicado, outros sentidos são postos em circulação. Ao afirmar que 22 suspeitos foram mortos, o portal de notícias assume o posicionamento oficial da Polícia: “O delegado Ronaldo Oliveira nega que tenha havido execução. ‘Para deixar bem claro: quem não reagiu, foi preso. Ou foi preso ou fugiu’” (BARREIRA; BRASIL, 2021). Ao reformular, substituindo “suspeitos” por “pessoas”, e “mortos” por “assassinadas”, o Instituto Marielle Franco posiciona-se contra o discurso oficial da Polícia e do Estado; assim, a língua e, em especial, a escolha lexical, materializam esse posicionamento. É a gramática funcionando no texto. Para Oliveira:

Entendemos que ensinar gramática, na perspectiva de analisar o seu funcionamento no texto, é atuar na interpretação ou na produção textual. Mas não é fazer isso de qualquer forma: é analisar como a língua, a materialidade linguística atua na construção dos sentidos, inclusive de modo que não depende da pura intenção do autor. É relacionar a língua à história, à memória e ao contexto. É trabalhar o sentido. Aqui, o que está em evidência é a função da língua(gem).

Esse trabalho relaciona-se à perspectiva de refletir estritamente sobre a língua, ou seja, de um trabalho de metalinguagem. Nesse sentido, tanto o conhecimento linguístico empírico – o que é aprendido no uso –, quanto o conhecimento linguístico aprendido de modo formal, como o da gramática normativa, devem ser considerados. É o que chamamos de reflexão gramatical. Aqui, o que está em foco é a forma da língua, principalmente em sua norma-padrão, considerando o papel da escola. É desejável que se aproveite o conhecimento empírico do aluno, seus usos linguísticos, reflita-se sobre isso, para então daí poder inserir o estudo de gramática normativa. E para se chegar ao sentido do texto, é importante considerar o funcionamento da língua, da gramática naquele texto, considerando sempre, para isso, o contexto e tudo que ele envolve. (OLIVEIRA, 2021, p. 77).

Considerando a temática, pensamos que o texto aqui analisado poderia ser trabalhado no ensino médio. Neste artigo, o enfoque é sobre o papel da gramática nas práticas de leitura, dando ênfase a contribuições da AD nesse processo. Em sala de aula, caberia uma reflexão mais aprofundada sobre o funcionamento desse gênero discursivo, um *card* (e sobre o gênero discursivo que dá origem ao *card* em questão, ou seja, uma notícia jornalística), o que nos levaria a abordar os processos de constituição e circulação com mais profundidade. Mas esse não é o nosso objetivo no momento.

É importante lembrar que a análise do processo de formulação no funcionamento da linguagem pode ser realizada em qualquer nível de ensino, considerando as suas especificidades na escolha dos gêneros discursivos, dos textos, das temáticas e dos aspectos gramaticais a serem trabalhados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da gramática funcionando no texto ainda se apresenta como uma dificuldade para professores no ensino de língua portuguesa da educação básica. Há poucas obras específicas sobre o assunto e os currículos dos cursos de Licenciatura em Letras costumam dicotomizar disciplinas ligadas à análise formal da língua e as disciplinas de análise do funcionamento da linguagem. Forma e função da língua separadas e distantes.

Mais dificultoso ainda para tais professores nesse contexto é a análise do papel da gramática na leitura, considerando o funcionamento da linguagem e abandonando uma abordagem focada nas características temáticas, estruturais e gramaticais dos textos como algo já dado previamente. Para esse trabalho, a Análise de Discurso materialista pode muito contribuir, porque coloca como condição para analisar a construção de sentido a relação da língua com a história e a ideologia, através das identificações (in)conscientes do sujeito em posições discursivas.

Assim, o professor de língua precisa ter instrumentos suficientes para trabalhar a gramática funcionando no texto, nos diversos textos, ou seja, precisa saber trabalhar a importância dos itens gramaticais na/para construção de textos, tanto de autores consagrados, quanto de alunos autores e outros escritores. Como consequência de tal abordagem, o aluno deverá refletir sobre gramática primordialmente para interpretar textos orais ou escritos e produzi-los, e não para provar ao professor que sabe teoria gramatical. (OLIVEIRA, 2019, p. 121).

Para concluir, acreditamos que o papel primordial da gramática deve ser o de atuar na construção do sentido, nos processos de interpretação e produção de textos, sejam eles orais, escritos ou multimodais. Todo o trabalho de reflexão gramatical e de metalinguagem na educação básica é

importante para desenvolver e aprimorar uma consciência sobre a língua, sobre sua variação e sobre a norma-padrão, mas esse trabalho deve ter por finalidade maior o domínio pelo estudante desse conhecimento para usá-lo em situações reais de interação.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, G.; BRASIL, F. Operação do Jacarezinho é a mais letal da história do Rio de Janeiro. *GI*, 06 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/06/operacao-no-jacarezinho-rio-tem-numero-recorde-de-mortes.ghtml>. Acesso em: 26 set. 2022.

BRASIL. Ministério de Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, MEC/ CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. Ministério de Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Histórico. Brasília, 2022. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 09 set. 2022.

BRASIL. Ministério de Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa – 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental*, vd. 2. Brasília: SEF/MEC, 1998.

CANETA DESMANIPULADORA. Chega de normalizar a morte!

Operação durante a pandemia é ILEGAL! 6 maio 2021. Facebook: Caneta Desmanipuladora. Disponível em: <https://www.facebook.com/canetadesmanipuladora>. Acesso em: 26 set. 2022.

FIORIN, J. L. (org.). *Introdução à linguística II: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2016.

Haidar, D. *et al.* Operação do Jacarezinho deixa 28 mortos, provoca intenso tiroteio e tem fuga de bandidos. *GI*, 6 maio 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/06/tiroteio-deixa-feridos-no-jacarezinho.ghtml>. Acesso em: 03 out. 2022.

INSTITUTO Marielle Franco. Disponível em: <https://www.institutomariellefranco.org/>. Acesso em: 29 set. 2022.

KOCH, I. G. V. Parâmetros curriculares nacionais, lingüística textual e ensino de línguas. *Revista do GELNE*, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 1-12, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9110>. Acesso em: 26 set. 2022.

MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

OLIVEIRA, F. A. O ensino de gramática: reflexões e propostas. *Revista do GELNE*, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 112-125, 2019. DOI: 10.21680/1517-7874.2019v21n2ID18036. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/18036>. Acesso em: 30 set. 2022.

OLIVEIRA, F. A. O ensino de morfologia na educação básica: algumas reflexões e propostas. *Revista do GELNE*, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 72-82, 2021. DOI: 10.21680/1517-7874.2021v23n1ID20850. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/20850>. Acesso em: 28 set. 2022.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes Editores, 2020.

ORLANDI, E. P. *Gestos de leitura: da história no discurso*. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

ORLANDI, E. P. *Discurso e Leitura*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PÊCHEUX, M. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani *et al.* 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. *Semântica e interdiscurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Orlandi *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PORTAL F11. *Operação no Rio termina com um policial e 22 suspeitos mortos*. Disponível em: <http://www.portalf11.com.br/bloco/100262/0/operacao-no-rio-termina-com-um-policial-e-22-suspeitos-mortos>. Acesso em: out. 2022.

ZOPPI FONTANA, M. G. *Autoria, efeito-leitor e gêneros de discurso*. Campinas: UNICAMP/REDEFOR, 2011.